

Estado da publicação: O preprint não foi submetido para publicação

ANÁLISE DE VIVÊNCIAS ESCOLARES DE PESSOAS TRANS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Matheus Eduardo Rodrigues Martins, Helena Pich Soares, Thereza Cristina Bertazzo Silveira
Vianna

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.10586>

Submetido em: 2024-11-24

Postado em: 2024-12-16 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

ANÁLISE DE VIVÊNCIAS ESCOLARES DE PESSOAS TRANS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

MATHEUS EDUARDO RODRIGUES MARTINS¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4761-9252>

matheus.rodrigues@ufsc.br

HELENA PICH SOARES²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5182-1316>

hpslereu.x25@gmail.com

THEREZA CRISTINA BERTAZZO SILVEIRA VIANNA³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7598-2788>

therezacristinaviana@gmail.com

¹ Programa de pós-graduação em Psicologia UFSC. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

² Colégio de Aplicação UFSC. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil.

³ Colégio de Aplicação UFSC. Florianópolis, Santa Catarina (SC), Brasil

RESUMO: O presente artigo objetivou a análise das vivências de pessoas transgênero, transexuais e travestis que se concretizam no cotidiano de escolas brasileiras. Neste sentido, discorre sobre não somente as experiências escolares de estudantes e professoras trans, mas também sobre temas que se interseccionam, como a infância e adolescência trans, a transmisoginia cotidiana das normas escolares de gênero e suas consequências a nível emocional, e a repercussão das violências transfóbicas para a prática profissional de educadoras transexuais e travestis. Fundamenta-se nos estudos transfeministas e na teoria decolonial. Deteve como metodologia a revisão integrativa de literatura, com buscas no portal de periódicos da CAPES, a qual selecionou quinze artigos. Compreendeu-se que a discriminação direcionada a dissidentes de gênero-sexualidade é uma realidade duramente presente nas escolas, sendo um mecanismo biopolítico, pautado na cisheteronormatividade, para controle e exclusão, levando estudantes trans ao sofrimento e evasão escolar. Ainda, professoras transgênero que constroem suas trajetórias na educação, rompendo com o estereótipo da mulher trans que vive da prostituição ou tão somente dela, são muitas vezes perseguidas por um Sistema social e educacional conivente com o assédio e a exclusão transfóbica. Entretanto, ressalta-se a agência de pessoas trans, com inúmeros relatos de resistência e (re)invenções frente às violências. Compreende-se que é dever da instituição escolar a construção de um ambiente de respeito e apoio, propiciando o decrescimento da evasão de pessoas trans, a promoção de ambientes seguros de trabalho para docentes trans e a necessária construção e promulgação dos saberes calcados nas dissidências de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: pessoas trans, escola, convivência escolar, violência, decolonialidade

ANALYSIS OF SCHOOL EXPERIENCES OF TRANS PEOPLE IN THE CONTEXT OF BASIC EDUCATION

ABSTRACT: This article aimed to analyze the experiences of transgender people as they manifest in the daily life of Brazilian schools. In this regard, it discusses not only the school experiences of transgender students and teachers but also interseccionalities, such as trans childhood and adolescence, the everyday transmisogyny of school gender norms and their emotional consequences, and the impact of transphobic violence on the professional practice of transsexual and travesti educators. It is based on transfeminist

studies and decolonial theory. Its methodology consists of an integrative literature review, with searches in the CAPES periodicals portal, resulting in the selection of fifteen articles. It was understood that discrimination against gender-sexuality dissidents is a harsh reality in schools, functioning as a biopolitical mechanism, grounded in cisheteronormativity, for control and exclusion, leading trans students to suffering and school dropout. Furthermore, transgender teachers who build their careers in education, breaking the stereotype of the trans woman who lives from prostitution or solely through it, are often persecuted by a social and educational system complicit in harassment and transphobic exclusion. However, the agency of trans people is highlighted, with numerous accounts of resistance and (re)invention in the face of violence. It is understood that it is the duty of educational institutions to create an environment of respect and support, reducing the dropout rate of trans people, promoting safe work environments for trans teachers, and the necessary construction and promulgation of knowledge rooted in gender and sexuality dissidences.

Keywords: trans people, school, school coexistence, violence, decoloniality.

ANÁLISIS DE VIVENCIAS ESCOLARES DE PERSONAS TRANS EN EL ÁMBITO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

RESUMEN: El artículo objetivó el análisis de vivencias de personas transgénero que se concretan en la cotidianidad de las escuelas brasileñas. En este sentido, aborda no solo experiencias escolares de estudiantes y profesoras trans, sino también temas interseccionados, como la infancia y adolescencia, la transmisoginia de las normas escolares de género y sus consecuencias a nivel emocional, y el impacto de violencias transfóbicas en la práctica profesional de educadoras trans. Se fundamenta en los estudios transfeministas y la teoría decolonial. La metodología utilizada fue la revisión integrativa de literatura, con búsquedas en el portal CAPES, que seleccionó quince artículos. Se comprendió que la discriminación dirigida a disidentes de género-sexualidad es una realidad fuertemente presente en escuelas, funcionando como mecanismo biopolítico, basado en la cisheteronormatividad, para el control y exclusión, llevando a estudiantes trans al sufrimiento y a la evasión escolar. Además, las profesoras transgénero que construyen sus trayectorias en la educación, rompiendo con el estereotipo de la mujer trans que vive de la prostitución o únicamente de ella, a menudo son perseguidas por un sistema educativo cómplice del acoso y exclusión transfóbica. Aunque, se resalta la agencia de las personas trans, con numerosos relatos de resistencia y (re)invención frente a violencias. Se entiende que es deber de la institución educativa la construcción de un ambiente de respeto y apoyo, propiciando la disminución de la evasión de personas trans, la promoción de ambientes de trabajo seguros para docentes trans, y la necesaria construcción de saberes basados en disidencias de género y sexualidad.

Palabras clave: personas trans, escuela, convivencia escolar, violencia, decolonialidad.

INTRODUÇÃO

A infância e adolescência de pessoas trans (transgénero, transexuais e travestis) é frequentemente narrada como árdua e tumultuosa. Isso decorre devido a um conjunto de motivos, dentre os quais estão dúvidas e incertezas pessoais que, muitas vezes, não encontram apoio no círculo social, gerando isolamento e momentos de sofrimento; discriminações e desrespeitos a sua singularidade e escolhas, uma vez que estas frequentemente contrastam com ideais familiares e sociais; violência física, psicológica e não garantia de direitos, por serem consideradas pessoas que fogem àquilo que é considerado normal (Bento, 2011; Jesus, 2013). Esse conjunto de vulnerabilidades é, assim, consequência da autoafirmação e do reconhecimento de uma identidade de gênero, de uma existência; mas que numa cultura cisheteronormativa é considerada uma transgressão.

O espaço escolar, como importante esfera social fora do âmbito familiar da maioria das crianças e adolescentes, acaba se tornando o cenário de grande parte dessas violências e adversidades; tanto por parte de colegas, que reproduzem o discurso social ao seu redor, quanto, muitas vezes, por professores, que, ao invés de promover um espaço seguro para o conjunto de estudantes acabam por agravar o sentimento de isolamento e não pertencimento de jovens trans. Esses sentimentos provenientes do constrangimento, da discriminação, resultam, na maioria das vezes, na evasão escolar dessas/es alunas e alunas; e as/os poucos que permanecem na escola relatam como o ambiente é hostil e desencorajador (Cruz e Santos, 2016; Preciado, 2019).

A hostilidade contra pessoas trans, porém, não se circunscreve somente ao ambiente escolar. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra, 2024), o país vem liderando o ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo por 15 anos consecutivos, com 145 assassinatos em 2023, a maioria deles tendo como vítimas travestis e mulheres trans. Esse grupo apresenta, ainda, baixíssima expectativa de vida, altos índices de desemprego, fragilidade em suas redes de suporte social e sofre diversas e recorrentes formas de violência urbana, o que demonstra que a transfobia é estruturante da cultura brasileira (Antra, 2017, 2024; Bento, 2014; Bastos, 2023).

O que, entretanto, faz com que elas sejam alvo desse conjunto de agressões? Por que escolhas identitárias pessoais incomodam tanto a outrem, gerando trajetórias de vida demarcadas pela violência e isolamento, inclusive em espaços que buscam a diversidade e a inclusão como o ambiente escolar? Ainda, o que as próprias pessoas trans consideram acerca das relações que estabelecem durante suas vidas escolares?

É considerando o conjunto dessas questões que se detém como objetivo deste artigo a análise das vivências de pessoas trans no âmbito da educação básica no Brasil. A escola é um dos principais palcos não só da autodescoberta e expressão pessoal, mas também, como acima abordado, do preconceito e da opressão. Outras questões que guiam este estudo são a evasão escolar de estudantes trans; e como docentes trans lidam com as situações que encontram em suas trajetórias docentes. Portanto, desenvolvemos a seguir, no ponto de fundamentação teórica, algumas das formulações apresentadas na introdução, passando posteriormente à metodologia, resultados e considerações finais.

CISHETERONORMATIVIDADE, TRANSGRESSÕES E NECROPOLÍTICA

O advento da modernidade, que se fundamenta nos ideais iluministas, institui a concepção racionalista de ser humano, que exalta a ciência, o controle sobre si e sobre a natureza, bem como estabelece modelos para o comportamento, definindo o que é normal ou patológico, saudável ou desviante – no campo da saúde, da sexualidade, do direito, das relações sociais (Mariano, 2005; Lugones, 2020). Tal concepção científico-jurídica de ser humano e sociedade, iluminista e europeia, ao projetar as particularidades desse saber enquanto universal, conforma um conjunto normativo em relação ao ser humano, invisibilizando ou subalternizando os que fogem à norma (Scott, 1994).

Desta forma, essa universalidade do saber corresponde às raízes compartilhadas da descaracterização de crianças e adolescentes enquanto sujeitos capazes de autodenominação, bem como da discriminação para com pessoas transgênero, uma vez que o sujeito para a racionalidade moderna é o homem adulto, branco, detentor do conhecimento [científico europeu], adequado à binariedade de gênero e heterossexual – uma vez que o que foge a esse conjunto fora considerado não natural, anormal

ou incompleto. É devido a isso que menores de idade foram considerados racionalmente desqualificados e invisibilizados no que diz respeito a direitos e necessidades – elementos que ainda circulam pelas compreensões sociopolíticas atuais (Wall, 2008; Cole-Alback, 2021).

Do choque entre distintas maneiras de existir e a norma universal cunhada na ideologia hegemônica da modernidade - do não reconhecimento do Outro pelo sujeito de saber - erigem-se fronteiras (Butler, 2003; Fanon, 2022). Essas fronteiras materializam-se na negação de direitos e na exclusão, gerando violência e inferiorização – ao que Fanon denomina, por exemplo, de colonização do Eu. Esse biopoder, saber-poder sobre a vida, por meio de tecnologias e aparatos de dominação, busca defender-se do diferente que ameaça a norma, para a continuidade de seu controle sobre os corpos e das relações sociais estabelecidas (Foucault, 1999).

No que diz respeito às pessoas que contrastam com os ideais de gênero-sexualidade, esse choque decorre da concepção biológica do dimorfismo sexual, a qual define masculino e feminino (Vergueiro, 2015). Estudos sobre as origens das normas relativas ao corpo e à sexualidade expressam que fora principalmente no século XIX que a caracterização sexual passou a ter contornos mais rígidos, de controle dos corpos e da atividade sexual, sendo erigidas estruturas, conceituações diagnósticas, sobre as então consideradas anomalias sexuais (Foucault, 1999).

Posteriormente, nos movimentos de contraposição à subalternização dos corpos pelo saber universal, cunha-se a noção de gênero, o que corresponde ao que é socialmente constituído, isto é, às características ou conformações culturais que definem o masculino e feminino sobre o sexo biológico (Rubin, 1975). Outras autoras, como Nicholson (2000) e Butler (2003) aprofundam a crítica ao fundacionalismo biológico, expressando que a noção de gênero constituída a partir do sexo biológico ainda releva uma definição prévia em relação à constituição cultural, conformando-se sexo-gênero, portanto, enquanto uma preexistente categoria discursivo-normativa.

Bento (2011), desta forma, compreende que o sexo biológico corresponde a uma projeção e contaminação cultural, ao expressar que quando a criança nasce já encontra uma complexa rede de desejos e expectativas para o presente e o futuro, que se baseia no fato de ser um corpo-sexuado. Isto é, as pressuposições culturais de comportamentos, gostos, de personalidade, acabam por “antecipar o efeito que se supunha causa” da identidade (Bento, 2011, p.550). Destarte, há uma oposição à utilização do corpo sexuado como forma de designação sobre o gênero, uma vez que há identidades que se contrapõem ou não são possíveis de serem descritas por essa linguagem.

Preciado (2002) assevera essa crítica por duas importantes noções: a designação menino/menina e seu conjunto de significações corresponde a uma tecnologia de produção de corpos-identidades; é assim uma tecnologia “protética” (Preciado, 2002, p.02). Outrossim, expressa que essa padronização designativa do corpo sexuado de uma criança corresponde a um ato de batismo, que a permite adentrar na categoria humanidade. Pergunta, desta maneira, se sujeitos, crianças, adolescentes, que questionam e transgridem o padrão do corpo-sexuado posicionam-se fora da humanidade? A normativa social de gênero desumaniza corpos transgressores? São corpos, e seres, incompletos?

Crianças e adolescentes vivenciam nesse momento de vida processos de descoberta e identificação, sobre gostos, desejos, interesses. Entretanto, o mundo que lhes é socialmente apresentado e os valores ensinados são preparados para que desempenhem papéis de gênero conforme seu corpo-sexuado (Jesus, 2010; Keneddy, 2010). Há proibições e afirmações em relação às possibilidades de ser e

existir. Para a afirmação da cisgeneridade há a norma; para a diferença há a proibição. A construção dos sentidos identitários para gênero e sexualidade portanto é um caminho por margens demarcado.

O que esse conjunto de autoras/es expressa, portanto, é que há tecnologias e normas pelas quais busca-se garantir o não transgredir dessa fronteira: por um lado, a invisibilidade; por outro, o par reconhecimento-negação do estranho, para eliminá-lo. Isto é, quando se diz a um menino que brincar de boneca é coisa de “bicha”, afirma-se o diferente, mas que ele deve ser extinguido. Isso por sua vez já conforma a subjetividade, na medida em que a criança, mesmo não sabendo definir o diferente, busca inicialmente não se identificar a ele, busca muitas vezes não contrariar para não ser rejeitada (Keneddy, 2010; Bento, 2011).

Descobrir-se por deter uma identidade de gênero transgressora do espaço limítrofe do ser é estar em risco. O processo de "fuga do cárcere dos corpos-sexuados" é marcado por dores, conflitos e medos (Bento, 2011, p.551). Isto é, a cisheteronorma pode ocasionar imposições e agressões ao modo de viver, mas ainda assim não é capaz de impedir a agência no transcorrer da vida dos corpos transgressores (Butler, 2009), ainda que ocasionando diferentes sofrimentos. Esse conjunto de dores, conflitos e medos acontece na dimensão subjetiva/intrapessoal e na dimensão interpessoal, sendo o processo de desumanização como uma de suas consequências.

Neste sentido, as crianças e adolescentes que se deparam com dúvidas acerca dos papéis ou expressões de gênero, como, por exemplo, porque não gostam das roupas, das cores, das brincadeiras e dos lugares por vezes a elas impostas, levam a experimentar conflitos subjetivos, a considerarem a si mesmas como o problema, como o estranho, aquilo que não deveria existir (Jesus, 2010; Preciado, 2019). Ao mesmo tempo, ocorrem processos de quebra de vínculo e exclusão pela família, violências psicológicas e físicas na escola, negações em termos religiosos-espirituais, dentre outros. O lugar oferecido pela sociedade é, na maioria das vezes, um não lugar, a margem, a inexistência.

Desta maneira, crianças e adolescentes trans perpassam pela incompreensão de si como um processo solitário, transcorrendo por momentos de sofrimento (Jesus, 2010). Há, para elas, um amálgama entre conflitos subjetivos, exclusão social e violência. Ao iniciarem a compreensão de que não se identificam com esses gostos e que detêm outros desejos, pode ocorrer o reconhecimento em si de um duplo: o ser que não quer ser, que foi até então socializado a partir das normas de gênero; e um ser que se vislumbra, que pode deter outras maneiras de se expressar, de se vestir, de sentir. Entretanto, frente à falta de apoio e devido à repreensão social, esse conflito e a afirmação dessa identidade vem a ocorrer, na maior parte das vezes, por um longo e doloroso processo de autoaceitação, que pode perdurar por anos e depende do "amadurecimento psicoafetivo e intelectual". Guarda-se por muito tempo essas incompreensões, passando por momentos de depressão e grande ansiedade durante a vida (Jesus, 2010, pg.12). Ou, esse processo é interrompido pela consequência da desumanização, pela morte precoce.

Em estudo sobre o destino culturalmente demarcado da vida de pessoas trans, Bastos (2022) utiliza-se da concepção de necropolítica de Mbembe (2017) para se referir às pessoas trans como corpos socialmente sem importância, feitos para morrer. Emprega-se necropolítica para além de uma tradução de uma política de morte, mas também para expressar que ela está aliada às consequências das políticas de sexo-gênero normativas, que se materializam na transfobia, na invisibilidade e na morte precoce de pessoas trans. A partir de uma compilação de dados e exemplos de necropolítica para essa população, expressa-se que a transfobia produz modos de subjetivação durante toda a vida, inclusive na infância e adolescência (Bastos, 2022).

Um dos exemplos cruciais para o presente artigo, como expresso anteriormente, é a expulsão de casa pela família, que ocorre em média aos 13 anos de idade (Antra, 2017). A escola, por sua vez, na impossibilidade de expulsar uma criança ou adolescente, desenvolve formas de imposição normativa e violência institucional, como definindo as roupas e adereços que podem ser utilizados, e incitando as condutas sociais, fazendo que pessoas que se sentem e agem de acordo com um gênero sejam tratadas pelo gênero binário contrário, isto é, não reconhecendo seus desejos e características (Bento, 2011). Isso gera o aumento do conflito já vivenciado por aqueles que perpassam pelo reconhecimento de uma identidade de gênero transgressora, constituindo o que se expressa por uma expulsão não oficial por parte da escola, proveniente da quebra de um vínculo que já se apresentava frágil (Andrade, 2012).

Preciado (2019) descreve, por exemplo, em "Quem protege a Criança Queer?" que sofreu diversas violências por um gesto simples realizado em uma aula: desenhar, a pedido da professora, sua família no futuro, desenho o qual representou por um casamento homoafetivo. A partir disso sofreu represálias familiares, psiquiátricas, e agressões psicológicas e físicas na escola, com ameaças de estupro corretivo. Ao relatar essa e outras histórias biográficas de pessoas e crianças trans, expressa que a família e a escola atuam mais como defensores das normas sexuais e de gênero do que dos seus direitos (Preciado, 2020). Os defensores da infância e da família não protegem e respeitam todas as crianças, mas na verdade invocam a figura política de uma criança que constroem previamente como heterossexual e cisgênero; a cisheteronormatividade priva do direito de terem pais e mães que protegem e amam (Preciado, 2019).

O enfrentamento da transfobia e o respeito às pessoas trans, portanto, depende da contraposição das normas de gênero e sexualidade pelas instituições sociais nas quais elas se perpetuam e realizam a exclusão e desumanização. Mas, as escolas brasileiras têm enfrentado a cisheteronormatividade no cotidiano da educação básica? Como tem sido a trajetória escolar das pessoas trans no Brasil?

MÉTODOS

Este estudo se caracteriza enquanto pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo com análise descritiva e crítica. A pesquisa seguiu as etapas metodológicas para o desenvolvimento de revisões integrativas de literatura (Ercole et al, 2014). A revisão integrativa se caracteriza por uma metodologia que possibilita agregar conhecimentos de diferentes estudos acerca de uma mesma temática, incluindo pesquisas de diferentes disciplinas e métodos distintos (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Nesta pesquisa isso foi importante pois não se restringiu a produções de uma área somente, abrangendo, por exemplo, estudos da educação, psicologia, ciências sociais, entre outras. Ainda, foram diferentes métodos nos estudos selecionados, como entrevistas, questionários, análise de diários de campo de processos formativos e outros.

Logo, a Revisão Integrativa possibilita a síntese de uma gama de resultados com métodos distintos, desde que os dados sejam organizados e conjuntamente analisados (Ercole et al, 2014; Souza; Silva; Carvalho, 2010). A revisão integrativa permite abordar, ainda, diferentes objetivos, como definição de conceitos, análise de conteúdos e síntese crítica de narrativas. Como expresso, neste trabalho houve a abordagem de relatos de trajetórias escolares de pessoas transgênero, transexuais e travestis, tanto de estudantes e seus processos de socialização, quanto de professoras/es trans e seus vínculos no ambiente escolar, a fim de se atingir o objetivo de analisar as vivências de pessoas trans no âmbito da educação básica no Brasil.

Seleção e Organização

No período dos meses de maio e junho de 2023 foram realizadas buscas na base de dados “Portal de Periódicos da CAPES”. Esta base foi escolhida devido a agregar uma grande série de estudos brasileiros nas mais diversas áreas do conhecimento, detendo mais de 22 mil periódicos indexados, incluindo da educação, psicologia, antropologia dentre outros diversos.

Essa busca inicial teve o objetivo mais amplo de encontrar estudos sobre gênero e sexualidade no contexto da Educação Básica no Brasil. As buscas foram realizadas seguindo um protocolo adequado, conforme descritores ou palavras-chave encontradas em thesaurus da psicologia e da educação, como o Decs/BVS (que corresponde também aos descritores do Periódicos de Psicologia/Pepsic) e o Thesaurus Brasileiro de Educação. Foram encontrados, após exclusão dos duplicados, 810 estudos revisados por pares. Esses 810 artigos foram inseridos na plataforma Endnote para melhor visualização e manuseio de seus dados.

Em seguida, foram destacados, para cada artigo, por meio de tabela, dados referentes a autoria, revista, resumo, palavras-chave, tipo de pesquisa, população e área de estudo. Isso possibilitou a busca de termos e a subcategorização dos artigos. Desta maneira, uma das subcategorias elegidas foi referente às pessoas transgênero, transexuais e travestis, a fim de se investigar a trajetória escolar desse grupo e suas relações na educação básica. Portanto, para encontrar os artigos referentes à essa temática, buscou-se, em todos os campos disponíveis, pelas palavras: transgênero, transexual, travesti, não-binário, pessoa trans, transmasculino, transfobia, corpos dissidentes e nome social. Por meio dessa busca, foram encontrados quinze artigos.

Após leitura do resumo pelos autores, todos foram selecionados para leitura aprofundada e análise proposta pelo presente estudo. Os critérios de inclusão, definidos após diálogo entre os autores, foram: (1) o estudo teve como sujeitos de pesquisa pessoas trans (transgênero, transexuais ou travestis); (2) de alguma maneira explícita ou traz dados referentes à vivência dessas pessoas no contexto da educação básica; (3) o campo de estudo foi em território brasileiro.

Para formular os resultados aqui apresentados, seguimos os passos para análise de dados qualitativos propostos por Minayo (2008), que incluem: a ordenação dos dados, sua classificação e a análise final. A etapa de ordenação é realizada por meio do mapeamento dos dados encontrados; a etapa de classificação corresponde ao levantamento de temáticas e conteúdos-chave relevantes acerca dos dados, com base em reflexões que provêm da fundamentação teórica, podendo realizar-se a elaboração de categorias-síntese; e a análise final compreende realizar articulações entre os dados e os referenciais teóricos, articulações que devem ser direcionadas para os objetivos da pesquisa e se caracterizam como a discussão do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, exibimos os dados de identificação e publicação dos 15 estudos selecionados no quadro 1. Nele constam o ano de publicação, o título, a revista na qual o estudo foi publicado e seu objetivo.

Quadro 1: Estudos Selecionados

Ano	Título	Revista	Objetivo
2011	A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental	Revista Latino-americana de Enfermagem	Analisar as concepções de professores sobre a transgeneridade na infância e identificar as possibilidades e os limites de trabalho com essas crianças no contexto escolar
2015	Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização.	Revista Estudos Feministas	Este artigo contextualiza os caminhos percorridos e os obstáculos enfrentados por professoras trans brasileiras durante seu processo de escolarização e inserção na docência
2015	A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis	Cadernos de Pesquisa	Dialogar com alguns conceitos de Michel Foucault para pensar a transexualidade na escola por meio da invenção do dispositivo da sexualidade
2016	Experiências escolares de estudantes trans	Revista Reflexão e Ação	Resgatar memórias, enquanto estudantes, de duas transexuais femininas, assim autodefinidas, no intuito de analisar suas experiências escolares durante o paulatino processo de feminilização
2017	(Re)invenções dos corpos nas experiências da não-binaridade de gênero	Letras Escreve	Problematizar os atravessamentos entre as não-binaridades de gênero e os corpos. Tomo como base as análises produzidas em uma pesquisa com estudantes de Ensino Médio no ano de 2015
2018	Educação física escolar: os impactos sociais na vida de pessoas transexuais em Belém do Pará	Revista da Faculdade de Educação da UFG	Descrever as contribuições positivas, negativas ou indiferentes da educação e da educação física, perante a vida social de pessoas transexuais
2018	O não-lugar de pessoas trans no currículo da disciplina educação física em escolas de Belém do Pará	Iniciação Científica Cesumar	O presente artigo investiga a influência da educação, especificamente a educação física com pessoas transexuais de Belém do Pará. Tem como objetivo descrever as contribuições positivas, negativas ou indiferentes da educação e da educação física, perante a vida social de pessoas transexuais
2019	Cursinho prepara trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular	Revista de Educação Popular	Discutir a questão da diversidade sexual e de gênero no âmbito da educação popular
2019	Narrativas trans: docência e prostituição	Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica	Analisar as experiências de professoras trans* que atuam na Educação Básica no Estado do Paraná e suas relações com a prostituição
2020	Identidades trans nas juventudes: desafios familiares e escolares na linha tênue entre ser-não sendo, e não ser-sendo	Educação e linguagens	Descrever e analisar vivências e relações, a partir de representações de sexualidades e de identidades de gêneros de jovens do ensino médio de uma escola da rede pública de Salvador
2020	Trajetória de vida: estudo biográfico de uma docente transexual em Rondônia	Revista Instrumento	Analisar a trajetória de vida de uma professora que atuou na década de 1980 no ensino fundamental na rede pública de Porto Velho, Rondônia, e o seu processo de construção de identidade transexual
2020	Educação básica e acesso de transexuais e travestis à educação superior	Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	Discutir sobre como os debates de gênero e sexualidade durante a educação básica podem interferir no acesso de transexuais e travestis à educação superior
2020	Transexualidade na escola: impactos e demandas dos corpos marcados pela subversão	Cadernos de Linguagem e Sociedade	Compreender os impactos da transfobia na vida de alunos/as trans do ensino médio público de Ceilândia/DF, bem como identificar suas demandas e estratégias de enfrentamento através de suas narrativas
2021	Homem trans com homem cis dá lobisomem? Professores de ciências perante corpos lobisbixas	Revista Periódicus	Apresentar os resultados parciais de pesquisa de Mestrado, na qual nos debruçamos sobre as concepções de professores de ciências e de biologia da educação básica sobre o tripé sexo, gênero e sexualidade, sendo estes os componentes da matriz de inteligibilidade heterossexual
2022	Trânsitos dissidentes em tempos de ódio: modos de pensar-praticar o presente	Diversidade e Educação	A partir de vivências docentes e estudos científicos, narrarmos as possibilidades de (re)produção dos discursos de ódio em ambientes escolares

Após a leitura e análise dos artigos relacionados constatamos que o tema mais frequentemente mencionado, e mais extensamente descrito, é acerca do conjunto de violências sofridas por pessoas trans desde a idade escolar. Xingamentos, agressões verbais e físicas, desrespeito aos

pronomes e nome social por professores e colegas. Ainda, além dessas violências, a segunda temática diz respeito às inúmeras situações de desprezo e hostilidades nas relações de trabalho direcionadas a professoras trans. E a terceira temática encontrada, que se contrapõe às duas iniciais, é a resistência e potência de vida criada pelas pessoas trans ao afirmarem suas existências frente a uma sociedade que busca inferiorizá-las ou mesmo subtrai-las.

Nos quinze estudos as situações de violência em idade escolar foram mencionadas. Há relatos de violência psicológica, relacionadas de maneira ampla a gênero-sexualidade - pois muitas pessoas trans na infância e adolescência são consideradas homossexuais. Há relatos de agressões físicas, enforcamentos e mesmo ameaças extremamente complexas, como de abuso sexual corretivo. Trazemos o conjunto dessas temáticas e relatos, a fim de exemplificar e discutir sobre os assuntos. Consideramos por citar diretamente os relatos, com o intuito de manter sua singularidade.

Um dos relatos resgatados por Cruz e Santos (2016), por exemplo, expressa que o que a estudante mais se lembrava da escola era das torturas. Torturas que se materializavam desde os olhares e risos da servente, da merendeira, passando pelos professores e a diretora, até os colegas de sala. Expõe ainda: “Mas o pior mesmo era um guri da minha idade que me perseguia o tempo todo, que me falava ‘seu viado, vê se cria jeito de homem, quando a gente te pegar você vai ver só, você vai aprender a virar homem, vai aprender a parar de ficar com essa mãozinha se requebrando” (Cruz e Santos, 2016, p.7). Outro relato, apresentado no estudo de Café e Coroa (2020, p.13) denuncia: “Ah, ruim falar isso, mas me machucaram lá, por isso fui transferido; não quero lembrar disso, me senti muito desprotegido e frágil”. Os autores expressam que enquanto falava o menino trans levava as mãos ao pescoço, que continha as marcas da violência.

Compreende-se nesses relatos, além da violência física direta, a violência institucional, seja por omissão de cuidado e em lidar com questões de respeito às pessoas trans, seja pelos risos ou comentários dos profissionais; ações que se baseiam em concepções cisheteronormativas, ainda que veladas. Dentre estas violências institucionais estão, também, a negação do direito de serem chamadas pelo nome social, que provêm, muitas vezes, de professores ou diretores conservadores; a separação binária das atividades de educação física, bem como uma prática curricular que divide brincadeiras e ensinamentos direcionados para o feminino e masculino. E a própria estrutura da escola, cujo principal exemplo são os banheiros, divididos com base no dimorfismo sexual, impossibilitando pessoas trans de sentirem-se confortáveis e seguras nesse ambiente.

Silva et al (2021) expõe em seus resultados que mesmo que identifiquem as discriminações entre os colegas, nem sempre os professores se posicionam, deixando sob responsabilidade do aluno ofendido defender-se. Há um exemplo dessa situação relatada por um dos professores participantes na pesquisa: “Um menino em sala chamou o coleguinha de delicado e disse que às vezes parecia uma menina. Essa criança ofendida se impôs e se posicionou questionando se esse coleguinha estava querendo se referir a ele como viado e disse que não o chamasse de viado, mas sim de menina” (p.05). Por vezes, são os próprios professores que operam as discriminações. O estudo de Cruz e Santos (2016), com estudantes trans, expõe o que elas ouviam de professores: “isso não é completamente menino, te comporta como homem, menino tem que andar com menino! Porque eu só andava com meninas. Assim, minha vida inteira passei ouvindo ‘bichinha’, aquelas coisas que tu sempre ouve, qualquer gay ouve” (p.12).

Exemplos de divisões binárias de brincadeiras e atividades são trazidas em diversos estudos. Barroso e Cardoso (2018) apresentam relato de uma das participantes, a qual diz: “o professor sempre

me colocava pra jogar futebol com os meninos, né, mas na verdade eu nunca gostei de futebol”; continua: “eu sempre falava: professor, deixa eu jogar queimada com as meninas! E ele dizia que não, a queimada é só pras meninas e futebol é só pros meninos” (p. 12). No relato de outra estudante trans, expõe-se: “[...] a maioria dos professores separava meninos e meninas, os meninos jogavam futebol, as meninas ficavam na ginástica; aí na outra escola, os meninos continuavam no futebol e as meninas ficavam no vôlei” (Barroso e Cardoso, 2018, p.11).

Essas situações se apresentam desde a mais tenra idade, em separações de cor, de brinquedos, de super-heróis, de atividades, na socialização das crianças (brincar somente com meninos ou somente com meninas), e até mesmo nos presentes que as crianças podem escolher. Silva et al (2021) expõem uma situação relatada por um professor, o qual colocou possibilidades de presentes de Natal para as crianças escolherem: “Eu coloquei no quadro as sugestões das meninas e dos meninos, mas ele queria maquiagem e como eu disse que esse presente estava do lado das meninas, ele não podia pedir. Então, ele não pediu nenhum presente de Natal” (p.04).

Porém, algumas das situações mais marcantes estão vinculadas diretamente ao uso do banheiro, pois envolvem situações de não aceitação ao mesmo tempo que intensas violências físicas, relativas à correção da identidade de gênero pelo viés da agressão sexual. Um relato presente no estudo de Café e Coroa (2020) expressa: “Quero ir ao banheiro das meninas, eu pertença àquele lugar; aí tem umas gurias que leva de boa, já outras me olham como se eu fosse uma aberração”. Continua expondo que “tem também os idiotas dos meninos, falando pra eu ir pro banheiro deles que é meu lugar. Não vou mesmo, prefiro fazer nas calças. Um dia ouvi um garoto falando que se eu entrasse lá ia ver como me endireitava na hora” (p.12). A relação com a aceitação da identidade de gênero fica nítida no relato de um professor, exposto por Silva et al (2021), ao expor que: “ela, desde muito cedo, usava uma faixa no seio e evitava usar banheiros, porque ela não queria ir no feminino e não podia usar o banheiro masculino, sofria muito com isso”.

É por conta dessas situações que Pereira, Pereira e Pocahy (2022), a partir de suas vivências enquanto corpos dissidentes, expressam: “Se pudessem, algumas escolas disponibilizariam cadernos de caligrafia específicos não apenas para arredondar as letras, mas para lapidar os comportamentos e adestrar os corpos dissidentes” (p.12). As autoras se perguntam se a escola já não faz isso, quando, por exemplo, dividem o futebol para os meninos e o vôlei para as meninas; ou quando perguntam às alunas de qual menino elas gostam. Ou mesmo quando expressam para meninas terem modos de meninas e recriminam os meninos que choram.

Ou seja, esse conjunto de violências remete à impossibilidade de existir como quem se é na escola, de realizar as atividades que gostariam, estar no banheiro de acordo com sua identidade de gênero, ou de se vestir e agir como se sentem – questões evidentemente importantes para qualquer pessoa, mas direitos que são negados a pessoas trans. Como expressa Reis (2017) os investimentos relacionados à aparência, como roupa, acessórios, cirurgias, tatuagens, cortes ou colorações de cabelo são (re)invenções que pessoas trans fazem, pois dizem respeito à identidade de gênero; no caso das pessoas que experienciam o gênero para além da binaridade, “esses investimentos, essas modificações, parecem ser mais elaboradas, pensadas e pesadas” (p.17). Isto é, são maneiras fundamentais de expressão, de autoafirmação da existência. Mas, como expresso acima, crianças e adolescentes que não se reconhecem em seus corpos por longos e sofridos períodos precisam se esconder, se camuflar, se isolar. Para sobreviver.

Esse isolamento ou o processo de esconder quem se é pode ser constatado em diversos relatos. Expõe uma das entrevistadas no artigo de Cruz e Santos (2016):

“Se eu for me remeter a minha história de vida, olha, eu sofri tanto, tanto, tanto na escola! A escola foi para mim o ambiente mais negativo que você possa imaginar. Assim, todas as barbáries fizeram comigo, todas, todas. Eu tive que viver uma vida camuflada [se vestia de modo masculino], uma vida mentirosa por um longo tempo” (Cruz e Santos, 2016, p.11).

No estudo de Reis (2017), com cinco estudantes de ensino médio, o camuflar-se é exemplificado pelo nome social: “por passar muito constrangimento já, eu não quero assim passar mais um, porque eu me vestindo como eu quero (...) já é uma grande conquista pra mim, então por enquanto, como me causaria muito problema eu prefiro não ir atrás de nome social dentro da minha” (p.13). Uma participante do estudo de Barroso, Cardoso e Mesquita (2018) relata que evitava sair, devido aos olhares de outrem: “eu me inibia de sair na rua, pelo o que as pessoas iriam falar e quando eu ia na rua eu era muito acuada” (p.07).

É fundamental ressaltar que essas inúmeras situações discriminatórias de cunho transfóbico, de abalo emocional e físico, levam à maioria das pessoas trans a não concluírem seus estudos; e as poucas que concluem o ensino básico demonstraram enorme receio em cursar o ensino superior. Como expõe o artigo de Campos e Cavalcanti (2020), o constrangimento cotidiano vivenciado e marcado por esses corpos quando comumente são inferiorizados ou reprimidos criam situações de intimidações, que desmotivam a frequência nas aulas e no próprio ambiente escolar. Isso se relaciona à segunda temática que esteve bastante presente nesta revisão e a qual faz-se importante destacar: mesmo quando concluem o ensino superior e aparentemente poderiam alcançar maior respeito social, pessoas trans continuam sendo alvo de estereótipos e hostilidades.

No artigo de Franco e Cicillini (2015), por exemplo, é abordada a correlação entre a hostilidade do ambiente escolar e a atuação de mulheres trans e travestis na prostituição: o ambiente opressivo da escola faz com que elas desistam dos estudos, e sem formação acadêmica ou apoio familiar, muitas delas recorrem à prostituição como forma de sustento. Mesmo algumas pessoas trans que possuem formação e atuam como docentes também trabalham, ou já trabalharam, como profissionais do sexo, como demonstram os relatos contidos no artigo de César, Santos e Silva (2019), como fonte de renda complementar ou por necessidade. Muitas dessas docentes relatam a estereotipagem sofrida por mulheres trans e travestis, de serem associadas, de modo automático, à prostituição, criando assim um “efeito dominó” da transfobia escolar: mulheres trans e travestis são perseguidas para fora do ambiente escolar, recorrem à prostituição como fonte de renda, e são excluídas ou desrespeitadas dentro do ambiente escolar por serem vistas unicamente como profissionais do sexo, inapropriadas para a convivência dentro da escola.

Um dos relatos de uma professora trans, inclusive, no estudo de César, Santos e Silva (2019), expressa que encontra muito mais autenticidade e respeito entre profissionais do sexo do que na escola: “Porque elas são muito mais leais do que o machismo podre da maioria das professoras do Estado do Paraná. (...) Porque onde eu encontrei mais machismo foi entre as professoras mulheres cisgêneros machistas e preconceituosas” (p.08). Em outra fala, expressa-se: “Eles fazem você saber que a escola não é um lugar para você. Ninguém te diz, porque você é concursada e tal. Mas não te convidam para o chá de bebê; te deixam de fora do churrasco de final de ano. É cruel, e sutil. É hipócrita. É nojento” (p.17).

Apesar desse conjunto de discriminações, docentes trans se provam competentes e se tornam membros importantes dentro do âmbito escolar, como mostram as memórias recolhidas no artigo de Falcão, Costa e Strey (2020). Porém, como os estudos expõem, a docência escolar ainda é predominantemente cis, e muitos professores/as possuem conceitos errôneos ou confusos sobre a transgeneridade, o que dificulta a compreensão de sujeitos trans, sejam elas estudantes ou docentes dentro do ambiente escolar. Isso é demonstrado no estudo de Santos, Xavier e Miranda (2021), no qual os professores participantes têm concepções antiquadas sobre os conceitos de gênero, minando a convivência respeitosa para pessoas transgênero e travestis.

Há narrativas, entretanto, de muita resistência e autoafirmação, mesmo em meio às situações vexatórias pelas quais passam professoras trans e em meio às violências as quais sofrem crianças e adolescentes trans. Um relato presente no estudo de Barroso, Cardoso e Mesquita (2018), de uma estudante trans, expõe que era ela que sempre ia para a diretoria, simplesmente por responder aos insultos transfóbicos de colegas, acarretando na impossibilidade de vínculo com a escola, mesmo não sendo por sua causa. Expressa: “Com a diretoria eu sempre tive problema (...) Eu sempre ia pra lá, eu sempre queria que a galera me respeitasse e eu ia. Eu fui expulso de três escolas por causa disso, mas tipo era ruim né por que infelizmente, eu não sabia o que estava acontecendo comigo, mas agora eu consigo entender” (p.08). Esta fala-denúncia coaduna com os resultados de Lima (2020), que expõe que determinados estudantes são expulsos da escola devido à ausência de reconhecimento de direitos e acolhimento às diferenças.

O relato do estudo de Cruz e Santos (2016), por sua vez, expõe que por mais que profissionais e colegas quisessem que a estudante desistisse – de si, do colégio, de tudo que ela afirmava, ela resistia: “Eu sempre dei a volta por cima e nunca deixei as pessoas tomar, não. Nunca eles tiraram, não. Eu sempre revidei. Se me atirassem uma pedra, eu atirava duas. [...] eu fui muito forte, sinceridade. Então, eu sempre fui ousada, sempre bati boca com o professor, até na própria faculdade” (p.14).

Ainda que confusas, escondidas, desamparadas por quem deveria apoiar e defender, ou conscientes de sua diferença em relação ao padrão, muitas pessoas trans ao descobrirem-se enquanto indesejadas não negam suas existências. Podem camuflar-se, podem passar por difíceis processos de autodescoberta, podem enfrentar sozinhas as adversidades vividas socialmente, mas o que os relatos demonstram é que não deixam de ser quem são; e constituem, cada uma a sua maneira, suas resistências. Isto é, a cisheteronorma pode intentar obstruir o caminhar da vida, mas não é capaz de simplesmente suprimir a agência no transcorrer da existência dos corpos dissidentes. A potência de viver que há no íntimo de cada sujeito não pode ser invalidada pelas normas de outrem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao determos como objetivo a análise das vivências escolares de pessoas trans no âmbito da educação básica no Brasil, a partir de estudos e relatos encontrados na revisão de literatura, nos deparamos com um conjunto de ataques aos corpos dissidentes de gênero-sexualidade, constituindo o cotidiano de uma instituição na qual deveria fulgurar respeito, solidariedade e florescer diversidade. Esses ataques, entretanto, constituem-se em mecanismos de controle, operados pelo dispositivo da cisheteronormatividade; ou se constituem em mecanismos de exclusão e extermínio, quando da

constatação da impossibilidade de controle perante a agência dos sujeitos e o desvelar-se do ódio ao Outro, que ameaça a norma estabelecida.

A cisheteronormatividade, desta maneira, está pulverizada pelo tecido social da instituição escolar, constituindo, como expressa Fanon (2022) ao expressar sobre a colonialidade, uma atmosfera de violência. Isso se demonstra pelas inúmeras maneiras pelas quais age, estando nas práticas e discursos dos professores, de colegas, na estruturação curricular e física da escola, nos ideais familiares. A orientação pelo dimorfismo sexual para definição de gênero e seus papéis normativos foi encontrada na divisão dos banheiros entre masculino e feminino, na separação entre brincadeiras e esportes de meninos e meninas, na proibição de utilização do nome social e dos pronomes que não se enquadram na linguagem binária.

Desta forma, como expõe Santos (2015), a escola, por vezes, age como uma “fábrica de corpos”, pois naquilo que se refere à gênero e sexualidade são engendradas práticas, discursos e saberes que limitam a vida, algo amplamente corroborado nos artigos analisados. O campo da diversidade do ser e do saber é suplantado para satisfazer aos ideais normativos da universalidade, de reprodução do ciclo de consumismo e mortificação da existência transgressora. Ao mesmo tempo, quando a pessoa trans se torna adulta e retorna à escola enquanto profissional docente, ela não é vista como elemento constitutivo, senão que como inadequada e como ameaça. Foi possível observar que muito é feito para que ali não permaneçam.

Neste sentido, constatou-se que nessa trama de abjeção frente aos corpos dissidentes é comum, como demonstram os relatos e formulações expressas nos estudos de Campos e Pereira (2019) e Pereira, Pereira e Pocahy (2022), que a transfobia e a homofobia tendem a se mesclar nos discursos de ódio, independentemente da identidade da vítima. Ainda, o reforço das normas tradicionais de gênero acaba, muitas vezes, não só por tentar moldar os corpos em apenas dois modelos, mas também acentua a misoginia, que pune mulheres e meninas por não se conformarem ao ideal de feminilidade do ambiente escolar; junto à misoginia, reforça a homofobia, quando humilha homens e meninos por terem afinidade com algo considerado feminino, criando assim a noção de que o feminino é algo vergonhoso, humilhante.

Entretanto, também ressalta do presente estudo a potência de vida constatada na resistência de pessoas trans durante suas trajetórias escolares. O Sistema normativo coage, mas não consegue impedir a agência de sujeitos desejanter. Foram várias as situações nas quais pessoas trans, jovens ou adultas, buscaram afirmar-se diante das adversidades. Não se trata de apagar ou invisibilizar as violências, mas expressar que ainda que haja mortificação, quem resiste carrega em si propósitos éticos e sonhos individuais e coletivos. O que demonstra a importância de profissionais e colegas aliados nos processos de resistência. E é por isso que se faz fundamental, também, a união, a coletividade, a coalizão dos corpos dissidentes, como forma de resistência conjunta.

Diante disso, reiteramos a necessidade de que outros estudos se aprofundem nas narrativas das pessoas trans, para demonstrar que a escola precisa passar de uma instituição que muitas vezes reproduz a dominação por meio da cisheteronormatividade, para a um espaço no qual haja respeito mútuo, pluralidade de saberes e promoção da diversidade. Isso faz-se ainda mais fundamental neste momento histórico, no qual movimentos como o Escola sem Partido e as Ofensivas Anti-Gênero, isto é, concepções e grupos de extrema-direita, detêm nas escolas e no campo das discussões de gênero e sexualidade dois de seus principais alvos de ataque, promovendo o ódio às diferenças e buscando atacar uma instituição escolar inclusiva (Martins, 2021; Silva, 2019).

Por fim, considera-se que as principais maneiras de acolher pessoas trans na escola é o respeito à sua identidade de gênero e o suporte frente às discriminações, ao invés da indiferença. Destarte, constrói-se vínculo e confiança mútuas, para que todos possam ser quem desejam ser, proporcionando uma infância e desenvolvimento humano com dignidade; propiciando, ainda, o decréscimo da evasão escolar de pessoas trans, a promoção de ambientes seguros de trabalho para docentes trans e a necessária construção e promulgação dos saberes calcados nas dissidências de gênero e sexualidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Tese, UFC, 278p. 2012.

ANTRA. *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. 2017. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>

ANTRA. *Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Bruna G. Benevides (org.). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024. 125p.

BARROSO, Lucas.; CARDOSO, Wladirson; MESQUITA, Marcelo. *Educação física escolar: os impactos sociais na vida de pessoas transexuais em Belém do Pará*. Revista Inter Ação, v. 43, n. 2, p. 583–599, 31 ago. 2018. <<https://doi.org/10.5216/ia.v43i2.48908>>

BARROSO, Lucas; CARDOSO, Wladirson. *O Não-Lugar de Pessoas Trans no Currículo da Disciplina Educação Física em Escolas de Belém do Pará*. Iniciação Científica Cesumar, v. 20, n. 1, p. 17–17, 16 jul. 2018. <<http://dx.doi.org/10.17765/1518-1243.2018v20n1p17-30>>

BASTOS, Elisani. *A Idade Chega Para Todas as Pessoas?* Interloquções entre trans-identidade de gênero, envelhecimento e Serviço Social. Dissertação, programa de Serviço Social – UFSC. 2023

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz diferença*. Estudos feministas. 19(2): 336. Florianópolis. 2011. < <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000200016>>

BENTO, Berenice. *Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal*. Contemporânea. V4. Nº1. ISSN: 2236-532X. 2014

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Dar cuenta de si mismo: violencia ética y responsabilidad*. Buenos Aires: Mutaciones, 2009.

CAFÉ, Leonardo; COROA, Maria. *Transexualidade na Escola: Impactos e Demandas dos Corpos Marcados pela Subversão*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v. 21, n. 1, p. 235–254, 1 ago. 2020. < <https://doi.org/10.26512/les.v21i1.32396>>

CAMPOS, Gustavo; PEREIRA, Mariana. *Cursinho Prepara Trans: possibilidade de articulação entre gênero e educação popular*. Revista de Educação Popular, v. 17, n. 3, p. 183–194, 15 jan. 2019. < <https://doi.org/10.14393/rep-v17n32018-rel01>>

CAMPOS, Pollyana; CAVALCANTI, Vanessa. *Identidades trans nas juventudes: desafios familiares e escolares na linha tênue entre ser-não sendo, e não ser-sendo*. Revista Educação e Linguagens, v. 9, n. 18, p. 8–32, 22 set. 2020. <<https://doi.org/10.33871/22386084.2020.9.18.8-32>>

CÉSAR, Maria; SANTOS, Dayana; SILVA, Amanda. *Narrativas trans: docência e prostituição*. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 4, n. 11, p. 573–589, 20 jun. 2019. <<https://doi.org/10.31892/rbpab2525-426X.2019.v4.n11.p573-589>>

COLE-ALBÄCK, Aline. *A brief history of children's rights*. Birth to 5 Matters document. 2021 Disponível em: <<https://www.birthto5matters.org.uk/wp-content/uploads/2021/04/Childrens-rights-for-Birth-to-Five-Matters.pdf>>

CRUZ, Tania; Santos, Tiago. *Experiências Escolares de Estudantes Trans*. Reflexão e Ação, 24(1), 115-137. 2016 < <https://doi.org/10.17058/rea.v24i1.7041>>

ERCOLE, Flávia; MELO, Laís; ALCOFORADO, Carla. Revisão integrativa versus revisão sistemática. REME Rev Min Enferm. 1º de março de 2014. < <https://doi.org/10.35699/reme.v18i1.50174>>

FALCAO, Kary; COSTA, Angelo; STREY, Marlene. *Trajetória e história de vida: estudo biográfico de uma professora transexual em Rondônia*. Instrumento - Revista de Estudo e Pesquisa em Educação, v. 22, n. 1, 15 abr. 2020. <<https://doi.org/10.34019/1984-5499.2020.v22.25932>>

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça. *Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização*. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 2, p. 325–346, 2015. <<https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>>

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

JESUS, Jaqueline. *Crianças Trans: Memórias e Desafios Teóricos*. III Seminário internacional enlaçando sexualidade. Salvador, 2013.

KENNEDY, Natasha. *Crianças transgênero: mais que um desafio teórico*. Cronos, volume 11, número 2, pp. 21-61, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2151>

LIMA, Tatiane. *Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, p. 70–87, 3 dez. 2020. <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p70-87>>

LUGONES, Maria. *Colonialidade e Gênero*. In: Hollanda, H. Pensamento Feminista Hoje. Ed Bazar do Tempo. 2020

MARIANO, Silvana. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. Revista Estudos Feministas. v. 13, n. 3, pp. 483-505. 2005. <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300002>>.

MARTINS, Matheus. *Escola sem Partido: Intensificando a Formação Ideológica da Consciência*. In: Políticas Públicas na Educação e Sociabilidade Humana. Atena ed. 2021

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2017.

MINAYO, Maria. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa e saúde*. São Paulo: Hucitec; 2008.

NICHOLSON, Linda. *Interpretando o gênero*. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PEREIRA, Anamaria; PEREIRA, Camila; POCAHY, Fernando. *Trânsitos Dissidentes em Tempos de Ódio*. Diversidade e Educação, v. 9, n. 2, p. 120–146, 28 jan. 2022. <<https://doi.org/10.14295/de.v9i2.13578>>

PRECIADO, Beatriz. *Manifiesto contra-sexual: prácticas subversivas de identidad sexual*. Madrid: Pensamiento Opera Prima, 2002.

PRECIADO, Paul. *Un apartamento en Urano: Crónicas del Cruce*. 1a ed. Editorial Anagrama, Barcelona, 2019.

REIS, Neilton. *(Re)Invenções dos Corpos nas Experiências da Não-Binaridade de Gênero*. Letras Escreve, v. 7, n. 1, p. 165, 2 jun. 2017. <<http://dx.doi.org/10.18468/letras.2017v7n1.p165-184>>

SANTOS, Dayana. *A biopolítica educacional e o governo de corpos transexuais e travestis*. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 157, p. 630–651, set. 2015. <<https://doi.org/10.1590/198053142970>>

SANTOS, Charlie.; XAVIER, Allan.; MIRANDA, Meiri. *Homem trans com homem cis dá lobisomem? Professores de ciências perante corpos lobisbixas*. Revista Periódicus, v. 2, n. 16, p. 155–171, 28 set. 2021. <<https://doi.org/10.9771/peri.v2i16.35528>>

SCOTT, Joan. *Prefácio a gender and politics of history*. **Cadernos Pagu**, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

SILVA, Luanna. *Os estudos feministas sobre “ideologia de gênero” no Brasil: uma análise nas produções científicas*. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília. 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37845/1/2019_LuannaMarleydeOliveiraeSilva.pdf

SILVA, Francisca et al. *A transgeneridade infantil sob a ótica de professores de ensino fundamental*. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 29, p. e3459–e3459, 28 jun. 2021. <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.3792.3459>>

SOUZA Marcela; SILVA, Michelly; CARVALHO, Rachel de. *Integrative review: what is it? How to do it?*. Einstein (São Paulo). Jan;8(1):102–6. 2010 <<https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>>

WALL, John. *Human Rights in Light of Childhood*. The International Journal of Children's Rights, 16(4), 523-543. 2008. <<https://doi.org/10.1163/157181808X312122>>

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Autor 1 – Escrita do texto, participação ativa na análise dos dados e revisão da escrita final.

Autor 2 – Coleta de dados, análise dos dados e escrita do texto.

Autor 3 – Análise dos dados e revisão da escrita final

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.